

# Sindicância em lotes indica 10 para desocupação

Desde que lançou o Programa de Assentamento da População de Baixa Renda em 1989, o Governo do Distrito Federal tem tido a preocupação de manter sua concepção original, beneficiar pessoas carentes. Com o surgimento de denúncias sobre irregularidades no processo, o governador Joaquim Roriz criou em outubro do mesmo ano uma comissão de sindicância para apurar as irregularidades.

Quinzenalmente o presidente da comissão, João de Deus Torres, encaminha ao governador um relatório sobre as sindicâncias apuradas. O último diz respeito a 20 sindicâncias (envolvendo 20 lotes) apuradas no período de 25 de junho a 15 de julho. As sindicâncias concluíram pela desocupação de lotes, manutenção dos contemplados nos lotes, desobstrução e transferência de titularidade para coproprietários.

**Revisões** — Em dez das sindicâncias apuradas a comissão sugeriu a desocupação dos lotes, com a retirada dos ocupantes irregulares, retomada dos lotes dos contemplados e reintegração dos imóveis ao Programa de Assentamento. Para outras cinco sindicâncias, a conclusão foi pela desobstrução de lotes, com a retirada dos ocupantes irregulares e reintegração aos legítimos contemplados.

A manutenção dos contemplados com os lotes aconteceu em três sindicâncias, onde se constatou que não haviam irregularidades e que os contemplados estão residindo nos referidos lotes. Em duas sindicâncias se procedeu a transferência de titularidade para o co-proprietário do imóvel.

Dos 20 lotes envolvidos nesse último relatório da Comissão de Sindicância, a maioria — 12 — está localizada em Samambaia. Três estão na Candangolândia e os demais no Riacho Fundo, Recanto das Emas, Setor M-Norte, Guará e Planaltina, sendo um em cada uma destas localidades.

**Denúncias** — O presidente da Comissão de Sindicância, João de Deus, informou que de maio de 1990 até o dia 15 de julho último foram instauradas 2.619 sindicâncias. “O trabalho tem atingido seus objetivos, pois as pessoas envolvidas estão atendendo as notificações encaminhadas pela comissão”, informou.

Segundo ele, a apuração das irregularidades em lotes do Programa de Assentamento é feita a partir de denúncias que chegam à comissão, seja através da Terracap, que fiscaliza os lotes, ou de qualquer pessoa que procura a comissão para denunciar possíveis irregularidades.